



**ST2 – TERRITÓRIO, GOVERNANÇA E INTEGRAÇÃO REGIONAL**

**O PROCESSO HISTÓRICO DE OCUPAÇÃO DO BICO DO PAPAGAIO E SEUS REFLEXOS NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

**THE HISTORICAL PROCESS OF OCCUPATION OF BICO DO PAPAGAIO AND THEIR REFLEXES IN REGIONAL DEVELOPMENT**

Gilcifran Andrade MIRANDA<sup>1</sup>

**Resumo:** Este artigo estuda o processo histórico de ocupação do Bico do Papagaio, no Estado do Tocantins. Desse modo, questiona-se como a ocupação da região influenciou o desenvolvimento local. Sem embargo, aborda-se os efeitos das políticas públicas na formação demográfica do território. Por fim, analisa-se de forma crítica a escolha dos últimos governos pelo agronegócio como modelo de desenvolvimento para região. O estudo é uma pesquisa exploratória/explicativa, através de uma revisão bibliográfica e documental, almejando uma maior familiaridade com o problema. O presente trabalho se justifica pela necessidade de estudo e debate sobre a ocupação da região do Bico do Papagaio, que historicamente foi palco de importantes conflitos de terra. Nesse contexto, pretende-se demonstrar a importância do processo de ocupação e das políticas governamentais aplicadas, ou sua própria omissão, no território como forma de explicar o atual estágio de desenvolvimento da regional.

**Palavras-Chaves:** Bico do Papagaio. Processo de Ocupação. Políticas Públicas. Agronegócio. Desenvolvimento Regional.

**Abstract:** This paper studies the historical process of occupation of the Bico do Papagaio, in the state of Tocantins. Thus, it is questioned how the occupation of the region influenced the local development. However, the effects of public policies on the demographic formation of the territory are addressed. Finally, we critically analyze the choice of the latest agribusiness governments as a development model for the region. The study is an exploratory / explanatory research, through a bibliographic and documentary review, aiming at a greater familiarity with the problem. This paper is justified by the need for study and debate on the occupation of the Bico do Papagaio, which historically has been the scene of important land conflicts. In this context, we intend to demonstrate the importance of the occupation process and the government policies applied, or its own omission, in the territory as a way to explain the current stage of development of the regional.

**Keywords:** Bico do Papagaio. Occupation process. Public Policy. Agribusiness. Regional development.

<sup>1</sup> Mestrando em Planejamento e Desenvolvimento Regional pela Universidade de Taubaté UNITAU, E-mail: , gilfortal@hotmail.com



## 1 INTRODUÇÃO

A região do Bico do Papagaio, norte do Tocantins, possui histórico de luta pela ocupação da terra. Trata-se de uma população pobre e que em sua maioria tem má qualidade de vida, fruto do equívoco na aplicação de políticas públicas, ou mesmo na omissão de intervenção estatal.

Assim, considerada uma área de fronteira, a região foi palco de conflito social integrante do processo capitalista em que os pequenos agricultores que ocuparam primeiro foram expulsos pelo capital empresarial, por meio de violência direta ou decorrente da dinâmica econômica que se apresenta (MARTINS, 1997 apud ROCHA, 2011, p.51).

Nesse sentido, o presente trabalho busca estudar como ocorreu o processo de ocupação do território do Bico do Papagaio e quais os reflexos dessa ocupação no desenvolvimento da região. Nesse mesmo contexto, analisa-se o atual estágio e as contradições do agronegócio no estado.

O processo de colonização do espaço amazônico perpassa fundamentalmente pela subordinação dos povos e comunidades tradicionais (NÓBREGA, 2015). O artigo ganha importância pela questão histórica de subordinação das comunidades tradicionais presentes no Bico do Papagaio, que parece se repetir com a escalada do agronegócio, ou agribusiness, modelo adotado pelo Estado como matriz de desenvolvimento para região.

O trabalho será uma pesquisa exploratória documental e bibliográfica. Por meio de estudos sobre o tema, bem como informações de órgãos oficiais, será pesquisado o território do Bico do Papagaio, norte do Tocantins.

A obra terá como referencial teórico Rocha (2011), para explicar o território do Bico do Papagaio e sua ocupação. Para falar sobre o agronegócio no Tocantins, será utilizado o documento Indicadores Socioeconômicos do Estado do Tocantins, de lavra da Secretaria de Planejamento do Estado. Por outro lado, na abordagem crítica ao agronegócio, será feita uma leitura das obras de Canuto (2004) e Fernandes (2004), que levantam a crítica de que o agronegócio seria socialmente excludente.

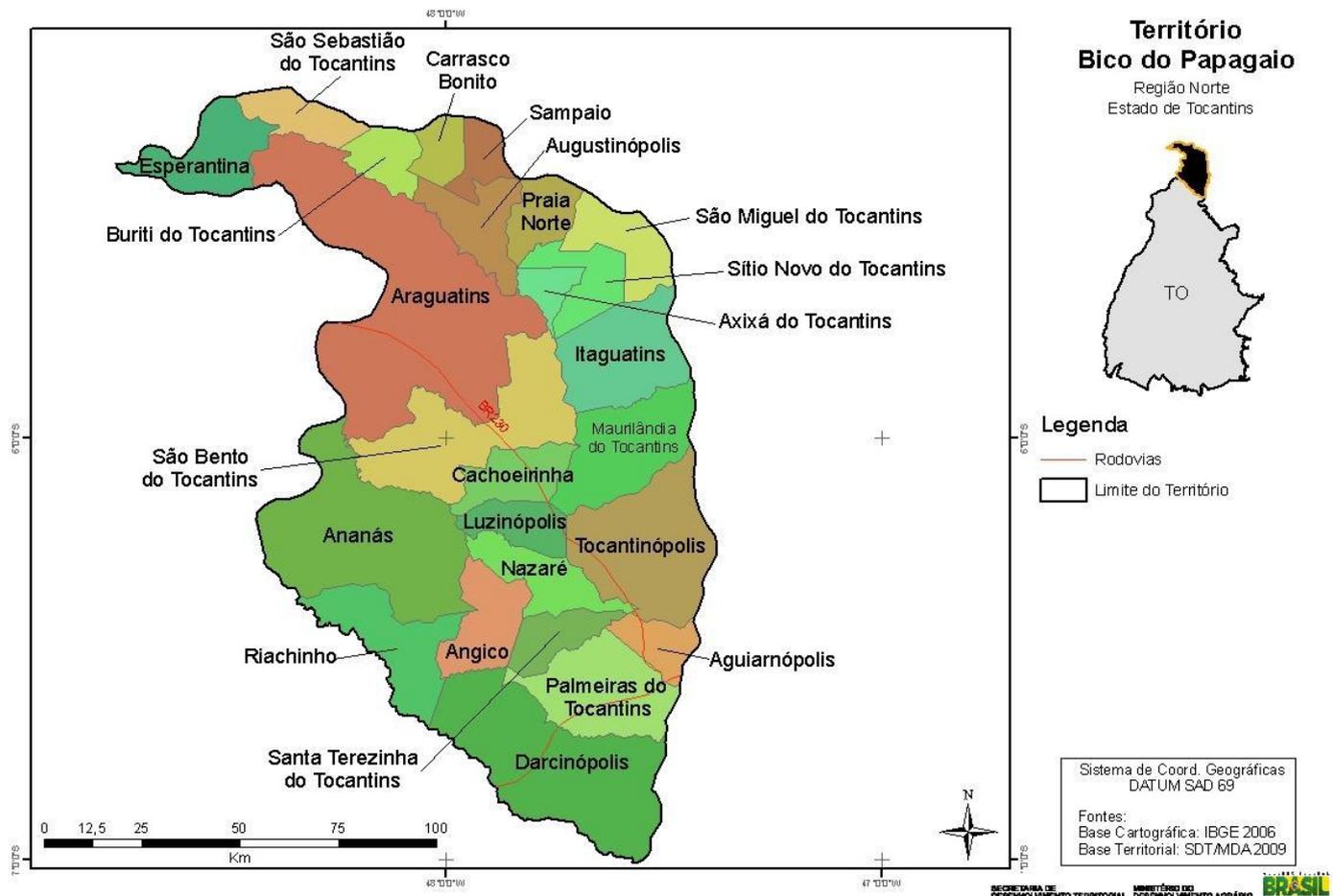


## 2 DESENVOLVIMENTO

### 2.1 CARACTERÍSTICAS GEOPOLÍTICAS DO BICO DO PAPAGAIO

O Bico do Papagaio localiza-se no extremo norte do Estado do Tocantins e tem esse nome em vista do desenho geográfico da região, delimitada pelos rios Tocantins e Araguaia, conforme a figura abaixo:

**Figura 1**  
Microrregião do Bico do Papagaio



FONTE: (UFT, 2011)



A região possui 15.993,20 Km<sup>2</sup> de área, abrange 25 municípios e corresponde a 5,74% do território do Estado do Tocantins (SOARES, 2009). No quadro abaixo, as informações sobre os municípios da região quanto ao IDH, população, proporção entre população urbana e rural e PIB per capita (ROCHA, 2011):

**Tabela 1**  
**Indicadores Socioeconômicos dos Municípios do Bico do Papagaio**

Municípios	IDH	População		% pop rural 2000	% pop rural 2010	Pib per capita (R\$)
		2000	2010			
Aguiariópolis	0,629	3.145	5158	26,74%	19,78	6.356,88
Ananás	0,667	10.512	9873	20,13%	17,44	4.059,37
Angico	0,667	2.889	3169	43,27%	38,88	3.929,66
Araguatins	0,640	26.010	31.324	39,30%	35,72	3.094,91
Augustinópolis	0,617	12.964	15.965	21,11%	17,41	3.472,47
Axixá do Tocantins	0,571	8.827	9.275	14,35%	17,83	3.372,96
Burití do Tocantins	0,614	7.842	9.770	22,01%	23,71	2.907,43
Cachoeirinha	0,639	2.023	2.148	12,75%	19,41	3.225,43
Carrasco Bonito	0,562	3.218	3.690	51,12%	46,64	2.719,43
Darcinópolis	0,621	4.273	5.273	44,49%	33,83	6.486,81
Esperantina	0,572	7.623	9.476	53,40%	51,31	2.804,12
Itaguatins	0,617	6.386	6.029	48,79%	43,67	3.205,84
Luzinópolis	0,641	2.021	2.622	34,34%	36,12	4.388,23
Maurilândia Tocantins	0,636	2.854	3.158	44,67%	36,04	3.004,92
Nazaré	0,648	5.150	4.386	61,11%	54,61	2.925,01
Palmeiras do Tocantins	0,582	4.622	5.746	45,98%	43,84	2.973,22
Praia Norte	0,579	6.781	7.661	48,75%	41,65	2.259,82
Riachinho	0,597	3.670	4.183	57,30%	56,73	4.189,51
Sampaio	0,576	2.801	3.868	18,28%	9,07	4.416,15
Santa Terezinha do Tocantins	0,585	2.455	2.471	43,50%	35,61	3.435,94
São Bento do Tocantins	0,612	3.738	4.615	47,78%	41,15	3.387,14
São Miguel do Tocantins	0,580	8.486	10.490	77,49%	75,72	2.322,60
São Sebastião do Tocantins	0,610	3.669	4.283	23,39%	23,35	2.723,19
Sítio Novo do Tocantins	0,592	9.488	9.148	49,87%	46,71	2.393,19
Tocantinópolis	0,687	22.777	22.608	17,12%	10,00	3.170,23

**Figura 6 - QUADRO de municípios da região do Bico do Papagaio, estado do Tocantins.**  
**Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2000/2010 e Pib Municípios 2005.**

**FONTE: (ROCHA,2011)**

Depreende-se do gráfico acima que os municípios da região do Bico do Papagaio em sua maioria têm baixa densidade populacional, que vive majoritariamente na zona urbana. Conclui-se ainda que os índices de desenvolvimento humano na região são baixos, assim como o PIB per capita. No geral, portanto, trata-se de uma população pobre e que vive em condições de vida ruim.

## 2.2 A OCUPAÇÃO DO BICO DO PAPAGAIO

Historicamente, a ocupação do Bico do Papagaio pode ser desdobrada em três momentos distintos:



# II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA  
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

O momento do isolamento da região, em que as populações locais subsistiam da agricultura, extrativismo e pesca; o segundo momento de implementação da política de ‘ocupação de espaços vazios’ do governo federal, em que houve estímulo oficial de ocupação desse espaço; e, por fim, o período pós-ditadura militar marcado pelas mobilizações e lutas políticas até o momento atual, no qual as políticas de desenvolvimento propostas pelo estado apontam o caminho das novas dinâmicas das relações sociedade-natureza (ROCHA, 2011, p. 54).

Para Rocha (2011), os primeiros conflitos pela posse da terra na região ocorreram há mais de 130 anos, quando os índios Apinagés e Gavião tentaram proteger sua posse original de homens brancos interessados em recursos minerais e agroextrativistas. Contudo, ainda segundo o autor, as ocupações se tornaram mais intensas no século XIX, com a imigração de nordestinos em busca de pastagens para criação de gado.

Assim, com a abertura de caminhos nas beiras dos rios Araguaia e Tocantins:

(...) esse espaço foi sendo ocupado gradativamente, inicialmente, por nordestinos que atravessaram o rio Tocantins criando núcleos de povoação e ocupando os pastos naturais para criação extensiva de gado, lotes para moradia, cultivo dos roçados e extrativismo do babaçu com base no trabalho familiar e no uso coletivo da terra (ROCHA, 2011, p.55).

Nessa linha de raciocínio, Almeida explica que a ocupação da região do Bico do Papagaio se deu de duas maneiras. A primeira, iniciada nos meados dos anos 1930, de forma espontânea por nordestinos, especialmente maranhenses, em busca de melhores condições naturais para produzir, seja na pecuária extensiva ou na agricultura de subsistência (ALMEIDA, 1986, *apud* ROCHA, 2011, p.56). A segunda, já na década de 50, a partir de uma atuação do Estado, com a criação de rodovias, notadamente a BR153 e a Transamazônica, permitindo a chegada de imigrantes do centro-oeste e sudeste do país. Com esses últimos, vieram a expansão da fronteira agrícola e a especulação imobiliária na região.

Os primeiros nordestinos que chegaram no território do Bico do Papagaio vinham em busca de terras que lhe permitissem produzir, manter suas famílias, num processo de busca por liberdade, de reprodução social (SOARES,2009).

Segundo Soares, até a criação da Rodovia Belém-Brasília, a região do Bico do Papagaio era extremamente isolada. Antes da rodovia, a navegação permitia a ocupação das margens do rio, inicialmente com povoados, que se espalhavam pelo interior do então Goiás (SOARES,2009).

Essa abertura de rodovias que ligaram as demais regiões do país à região amazônica não ocorreu sem propósito. É que os governos militares viam um vazio demográfico tão significativo na região que atraía o interesse internacional sobre a floresta. Dessa forma, restou ao Estado





# II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA  
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

fomentar condições materiais e jurídicas para ocupá-la, com a criação de usinas hidrelétricas, aeroportos, além das rodovias já citadas. Todos esses fatores provocaram transformações significativas no Bico do Papagaio. Assim, na década de 70, houve grande fluxo migratório para a região, especialmente do centro-sul, motivados pelas condições criadas pelo governo brasileiro (ROCHA, 2011, p.56).

Além dos investimentos em infraestrutura, incentivos fiscais e acesso a financiamentos incentivavam a reprodução do modelo da grande propriedade rural ‘moderna’, ampliando o interesse de grandes grupos empresariais do sudeste e sul do país na região. Esse processo patrocinado pelo governo militar se choca com a ocupação pretérita, que ocorreu de forma espontânea por camponeses nordestinos (SOARES, 2009).

Dessa forma, a ocupação do território do então norte goiano foi caracterizada por intenso desmatamento e violentos conflitos pela posse da terra, cujos resquícios ainda podem ser notados (MIRANDA; SANTOS, 2014, p.06). Essa situação só arrefeceu com a morte do Pe.Josimo, e visibilidade internacional do caso (CECCHIN; DA SILVA, 2015). No período, coube ao governo apaziguar o conflito por terras entre posseiros, grileiros e fazendeiros mantendo, entretanto, o modelo fundiário vigente (ROCHA, 2011).

Assim, considerada uma área de fronteira, a região foi palco de conflito social integrante do processo capitalista em que os pequenos agricultores que ocuparam primeiro são expulsos pelo capital empresarial, por meio de violência direta ou decorrente da dinâmica econômica que se apresenta (MARTINS, 1997 *apud* ROCHA, 2011, p.51).

Doutro lado, já na década de 70, havia uma sensibilização internacional com a questão ambiental, em virtude do problema ecológico a época já presente na Amazônia. É nesse contexto que:

O governo brasileiro passou então a sofrer pressões de governos e entidades internacionais que cobravam providências com relação aos conflitos no campo, e de movimentos ambientalistas que reivindicavam do governo ações para inibir o desmatamento e políticas públicas destinadas à proteção dos meios de vida das populações locais (ROCHA, 2011, p. 59).

Nessa senda, o governo também estava preocupado com os efeitos da Guerrilha do Araguaia na politização do trabalhador do campo. Assim, durante o Governo do General João Figueiredo, o comando do exercito atuou na região por meio do GETAT(Grupo Executivo de Terras do Araguaia Tocantins). Esse grupo era responsável por emitir títulos de terras, que posteriormente seriam registradas e legalizadas, numa tentativa de encerrar os conflitos no campo. Contudo, a maioria dos títulos emitidos era para grandes propriedades, consideradas aquelas acima de 100 hectares (OLIVEIRA, 2010).





Mesmo após a redução no conflito por terras, o Bico do Papagaio continuou sofrendo com a omissão estatal. É que o território pertencia ao Goiás e ficava muito distante da capital e centro administrativo, Goiânia, o que acarretou na ausência da administração estadual na região (MIRANDA; SANTOS, 2014).

Nesse diapasão, a precária infraestrutura, a pobreza extrema e as desigualdades são frutos da omissão histórica do Estado em políticas de desenvolvimento regional. Essa omissão, segundo Miranda e Santos:

(...) gera impactos diferentes para a população, e crianças, jovens, adultos, homens e mulheres vivenciam distintas consequências desta falta, que pode ser visualizada principalmente pela dificuldade da população quanto ao acesso aos serviços públicos em geral e ao mercado de trabalho (MIRANDA; SANTOS, 2014, p.76).

### 2.3 A OPÇÃO PELO AGRONEGÓCIO NO TOCANTINS

Nos últimos anos, a agropecuária tem sido incentivada pelo Governo do Estado Tocantins. Segundo Silva e Almeida (2007), a Secretaria de Agricultura e Pecuária (SEAGRO) tem atuado para melhorar a produção e a produtividade do setor, ampliar os investimentos, atrair novos investidores e com isso fortalecer o agronegócio do estado.

Dentro do contexto do crescimento do agronegócio no Brasil, Fornaro (2012) defende o Estado do Tocantins como um novo caminho para produção de *commodities* agrícolas pela sua localização e território, considerados competitivos para produção agrícola de exportação.

O estado faz parte da área conhecida como MATOPIBA, que abrange o Maranhão, o Tocantins, o Piauí e a Bahia. As áreas de cerrado desses estados têm recebido a expansão agrícola, notadamente da soja, e ganharam atenção institucional (BRANDÃO; CASTRO; MONTEIRO NETO, 2017).

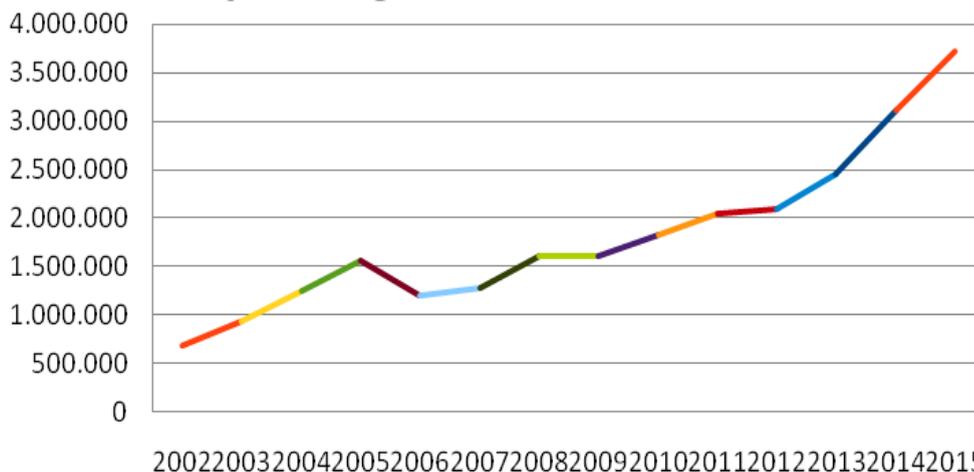
Segundo informações da Secretaria Estadual de Planejamento, no ano de 2016, 98% das exportações do Estado do Tocantins foram de produtos do agronegócio, sendo que a soja e a carne e seus derivados respondem por 86% dos produtos exportados, alcançando a cifra de 500 milhões de dólares em divisas. No ano de 2015, o Tocantins produziu 3.726.475 toneladas de grãos, alcançando o 1º lugar na Região Norte e 11º lugar em relação aos demais estados da federação. A produção de grãos vem aumentando rapidamente, conforme gráfico abaixo, elaborado pelo próprio autor com base em informações constantes no documento Indicadores Socioeconômicos do Estado do Tocantins (SEFAZ, 2017).



**Gráfico 1**

Evolução da Produção de grãos entre os anos de 2002 a 2015

## Produção de grãos/Tocantins/ton



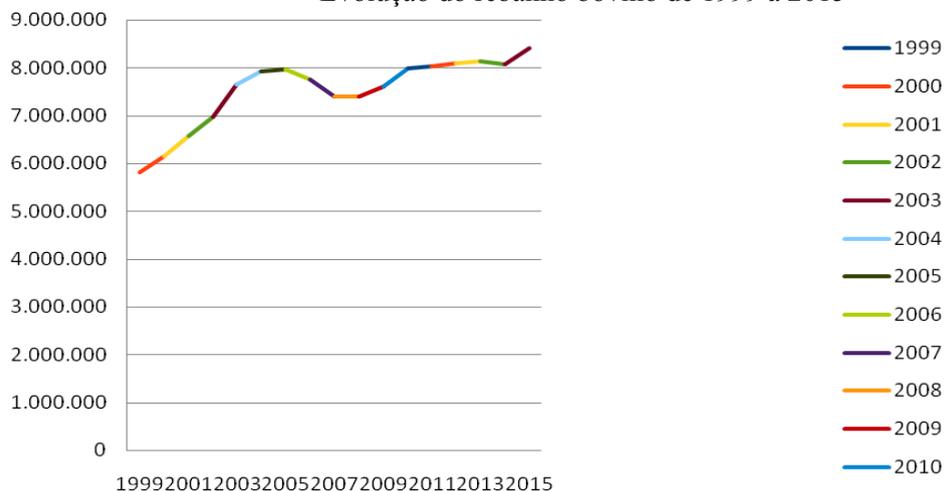
20022003200420052006200720082009201020112012201320142015

**FONTE:** Indicadores Socioeconômicos do Estado do Tocantins (SEFAZ/TO)

Por outro lado, o rebanho bovino estadual em 2015 era de 8.401.580 cabeças, ocupando o Tocantins o 3º lugar na Região Norte e 11º no Brasil. A evolução de bovinos de 1999 a 2015 demonstra um acréscimo de quase 50% em 16 anos, conforme gráfico feito pelo autor com base no documento Indicadores Socioeconômicos do Estado do Tocantins (SEFAZ, 2017).

**Gráfico 2**

Evolução do rebanho bovino de 1999 a 2015



199920012003200520072009201120132015

**FONTE:** Indicadores Socioeconômicos do Estado do Tocantins (SEFAZ/TO)

Segundo Almeida e Silva, esse crescimento reflete a recuperação do preço da arroba do boi na região e à inauguração de frigoríficos, que alavancaram a demanda por cabeças de boi para abate (ALMEIDA; SILVA, 2007). Nesse contexto, o norte do estado, especialmente no Bico do Papagaio, a cultura produtiva é da pecuária extensiva e da produção familiar de subsistência (MIRANDA; SANTOS, 2014).



Contudo, o estado ainda tem uma agropecuária iniciante, vez que lhe faltam ainda organização dos produtores, industrialização da produção e fortalecimento na área de logística e armazenamento, desafios que o Tocantins terá que superar para consolidar seu agronegócio (ALMEIDA; SILVA, 2007).

## 2.4 ABORDAGEM CRÍTICA DO AGRONEGÓCIO

Apesar de vir sendo incentivado pelo Governo do Estado do Tocantins como solução para o desenvolvimento do estado, o agronegócio não é uma unanimidade. Questiona-se se o crescimento econômico proporcionado pelo agribusiness proporcione verdadeiro desenvolvimento. Para Canuto,

Os avanços tecnológicos aplicados ao agronegócio são a expressão da modernização do campo. Com eles a produtividade tem crescido, as safras têm apresentado números cada vez maiores, as receitas econômicas têm crescido. A isto tem se dado o nome de desenvolvimento. Mas tudo não passa do que podemos chamar de modernização conservadora. Todo este avanço não representou de fato qualquer mudança substancial na estrutura agrária brasileira e nas relações de produção e de trabalho no campo. Ao contrário tem significado maior concentração de terra e de renda e relações de trabalho cada vez mais precarizadas (2004, p.03).

O agronegócio, na verdade, tem sua origem no sistema plantation, e é o novo nome dado pela agropecuária capitalista para seu desenvolvimento econômico. No plantation, grandes propriedades produzem para exportação (FERNANDES, 2004). Afirma-se que a palavra agronegócio é uma construção ideológica para tentar mudar a imagem da agricultura capitalista. Busca-se substituir a ideia de latifúndio, que carrega em si a imagem de exploração, trabalho escravo e concentração da terra (FERNANDES, 2004).

Nesse sentido, a imagem que se quer transmitir com a palavra agronegócio é a renovação da agricultura capitalista, modernizando-a. Tenta-se ocultar o caráter concentrador, predador, e excludente para mostrar apenas a face produtiva do agronegócio. Com a mudança, aperfeiçoou-se o processo produtivo, mas manteve o problema central: a exclusão social no campo (FERNANDES, 2004).

Para Canuto, a modernização do agronegócio “tem sido um poderoso meio de colonização e que, na verdade, é a moderno-colonialidade que vem caracterizando nossa formação social nos oferecendo mais do mesmo, sempre” (Canuto, 2004, p 03.). Dessa forma, percebe-se que o agronegócio é uma nova roupagem sobre um mesmo sistema, o plantation, que nos transforma em colônia moderna.



# II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA  
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

O agronegócio tem procurado transparecer produtividade, geração de riqueza, mas na verdade segue a lógica capitalista de concentração e exploração. Dessa forma, pode-se dizer que o agronegócio seria um latifúndio amplo, que além de dominar a terra, assenhora a tecnologia de produção (FERNANDES, 2004).

Fernandes (2004) defende, ainda, que o a produção agrícola nacional, cujos resultados são apropriados pelo agronegócio, na verdade decorre 50% da agricultura camponesa. Entretanto, com essa estratégia, o agronegócio é privilegiado com a maior fatia do crédito agrícola (FERNANDES, 2004).

Apesar das críticas, se comparados os índices do IDHM entre os anos de 2000 e 2010, constata-se evolução naqueles municípios que tenham matriz produtiva no agronegócio, especialmente no Tocantins, nos municípios cortados por rodovias (BRANDÃO, CASTRO E MONTEIRO NETO, 2017).

## CONCLUSÃO

Do contexto apresentado, observa-se que duas foram as formas de ocupação do Bico do Papagaio. A primeira, ocorrida de forma espontânea por nordestinos vindos especialmente do Maranhão, em busca de terras e recursos naturais que lhe permitissem viver. A segunda, proporcionada e incentivada pelas políticas públicas implementadas pelo governo militar, que via na região, por um lado, um vazio demográfico, e por outro, uma área de segurança nacional, em virtude dos desdobramentos da Guerrilha do Araguaia. Essa última ocupação foi realizada especialmente por imigrantes vindos do sudeste do país, que buscavam na região a expansão da fronteira agrícola e pecuária.

Desse modo, esse processo migratório levou ao choque de interesses pela ocupação da terra, gerando conflitos sangrentos pela sua posse, que culminaram na morte de várias pessoas, inclusive do Pe.Josimo, importante líder pastoral em defesa dos pequenos agricultores. Após atuação estatal, e a morte do religioso, os conflitos apaziguaram, mas sem qualquer mudança na estrutura produtiva na região. Prevaleceu o modelo de grandes propriedades de terra para produção extensiva de gado.

Dentro desse contexto, o Bico do Papagaio continua sendo uma das regiões mais pobres do País, fruto de omissões e equívocos na atuação estatal. Nos últimos anos, dentro do contexto, o governo estadual tem incentivado a expansão do agronegócio na região, inclusive da agricultura mais recentemente. O modelo proposto leva em conta o contexto nacional de produção no campo para exportação. Nesse sentido, repete-se no Tocantins o processo de exportação de produtos *in natura*, sem valor agregado, vez que o estado conta com poucas indústrias beneficiadoras.

Por outro lado, mantem-se a estrutura fundiária de grandes propriedades de terra, quase que na totalidade dedicadas à pecuária extensiva, que também demanda pouca força de trabalho. Nesse contexto, prevaleceu no Bico do Papagaio um modelo socialmente excludente e economicamente





# II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA  
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

concentrador, responsável, juntamente com as políticas públicas aplicadas, por um dos territórios mais pobres do país.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. G. de; SILVA, A. R. P. da. O Agronegócio e o Estado do Tocantins: o atual estágio de Consolidação. **Caminhos de Geografia**.v. 08, n.21, p.28-45, 2007. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/15573>>. Acesso em: 08 set 2019.

BRANDÃO, A. CASTRO, C. N. De. MONTEIRO NETO, A. **Desenvolvimento regional no Brasil : políticas, estratégias e perspectivas** .Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=29412](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=29412)>. Acesso em: 04 set 2019.

CANUTO, A. Agronegócio: a modernização conservadora que gera exclusão pela produtividade. NERA. n5. P 1-12, 2004. Disponível em: <<http://mstemdados.org/sites/default/files/1466-4279-1-PB.pdf>>. Acesso em: 26 ago 2019.

OLIVEIRA, G. A de. **Os posseiros e a luta pela terra no Bico do Papagaio**. Marília, 2010. Disponível em: <[https://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciasSociais/Dissertacoes/oliveira\\_ga\\_me\\_mar.pdf](https://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciasSociais/Dissertacoes/oliveira_ga_me_mar.pdf)>. Acesso em: 2 set 2019.

FERNANDES, B. M. **Movimentos Sociais e Especialização da Luta pela Terra**. Gramado: XVII Encontro Nacional de Geografia Agrária (anais), 2004.

FORNARO, A. C. **Logística e agronegócio globalizado no estado do Tocantins: um estudo sobre a expansão das fronteiras agrícolas modernas no território brasileiro** . Campinas,SP.: 2012. Disponível em:< <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/286703>>. Acesso em: 02 set 2019.

MIRANDA, C e DOS SANTOS, G. L. R. **Mulheres do Bico do Papagio: questões de gênero e desenvolvimento regional nos municípios de São Miguel e Arixá**. Revista Eletrônica Mutações, 2014. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufam.edu.br/relem/article/view/720> >. Acesso em: 24 ago 2019.





**II SLAEDR** SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
**VI SIDER** SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
**III SIDETEG** SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA  
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

NÓBREGA, M. L. C. **Enfrentando a sucuri verde: resistência camponesa e o território de uso comum - o caso das comunidades agroextrativistas na Amazônia.** Campinas, SP, 2015. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/286569>>. Acesso em: 02 set 2019.

PIZZIO, A.. CECCHIN, H. **O Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu na região do Bico do Papagaio: reflexões sobre justiça social.** *Revista brasileira de desenvolvimento regional*, 2015. Disponível em: <<http://proxy.furb.br/ojs/index.php/rbdr/article/view/5443>>. Acesso em: 01 set 2019.

ROCHA, M. R. T. **A Rede sociotécnica do babaçu no bico do papagaia – TO: Dinâmica da relação sociedade natureza estratégias re produção social agroextrativista.** Porto Alegre, 2011. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/79117>>. Acesso em: 25 ago 2019.

SEFAZ. **Indicadores Socioeconômicos.** Disponível em: <<http://www.sefaz.to.gov.br/estatistica/indicadores-socioeconomicos/>>. Acesso em 08 set 2019.

SOARES, J.A. B. **Agricultura familiar, movimentos sociais e desenvolvimento rural na região do bico do papagaia – TO: um estudo sobre as relações entre sociedade civil e desenvolvimento.** Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <<http://www.reformaagrariaemdados.org.br/biblioteca/disserta%C3%A7%C3%A3o-e-tese/mestrado-agricultura-familiar-movimentos-sociais-e-desenvolvimento-rur>>. Acesso em 24 de ago 2019.

UFT. **Avaliação da Efetividade do Programa Desenvolvimento Sustentável de Território Rural do Bico do Papagaio – TO.** Palmas, 2011. Disponível em: <<http://sit.mda.gov.br/download/ra/ra022.pdf>>. Acesso em: 02 set 2019.



OBSERVADR





# **II SLAEDR** SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

**VI SIDER** SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
**III SIDETEG** SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA  
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020



**OBSERVADR**

